
MEMÓRIA E FRAGMENTO EM *K.* – *RELATO DE UMA BUSCA*

Thaís Sant’Anna Marcondes

Orientadora: Lucia Helena

Mestranda

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo investigar de que maneira Kucinski entrelaça um acervo de fragmentos textuais com a angústia do tempo ditatorial, no livro *K. - Relato de uma busca*. Começamos por abordar a questão histórica do livro a partir de Benjamin, numa visão qualitativa do tempo, em que se privilegia a vivência dos que fracassaram, trazendo à tona a memória dos fracassos tal como ela é lembrada no momento da escrita. Dado que nossa memória coletiva sobre essa época é cheia de lacunas impossíveis de serem preenchidas, o autor usa a fragmentação de pontos de vista em seu tecido narrativo, gerando uma plurivocidade de testemunhas. Para analisar essa forma de rememorar, partimos das reflexões teóricas de Freud, Ecléa Bosi, Paul Ricoeur e Maurice Halbwachs, que põem em discussão os múltiplos caminhos pelos quais se constroem a memória e se impõe o esquecimento. Este trabalho procura também refletir sobre o modo como o autor lida com o par realidade X ficção. Para tratar disso, retomaremos os estudos de Lejeune sobre o “pacto autobiográfico” a fim de discutir sobre outro tipo de pacto proposto no livro, que transgredir ao mesmo tempo o plano ficcional e o referencial. Pretende-se tratar, por fim, do diálogo entre a obra e o universo kafkiano, já que denunciando os crimes do governo autoritário brasileiro e apresentando um cenário em que, a cada passo, parece ficar mais distante de respostas, o personagem, movido pelo que John Steiner chamou de “refúgio psíquico” que o cegou e o distanciou da realidade da filha, se encontra numa situação-limite.

PALAVRAS-CHAVE: memória, ditadura, fragmento, Kucinski

K. – Relato de uma busca é o primeiro romance do autor brasileiro Bernardo Kucinski. Deixando de lado o âmbito jornalístico e com uma proposta de escrita totalmente distinta daquela que caracterizara sua produção no meio, o autor traz a história do desaparecimento de uma professora de química da USP durante a ditadura. Seu lançamento foi em 2011, mesmo ano em que foi sancionada a lei que estabelecia a Comissão da Verdade no Brasil. Esta lei teve como finalidade apurar graves violações de direitos humanos ocorridas durante o período ditatorial.

Isso porque desde que o Brasil voltou a ser governado por um civil, os militares se recusam a fornecer informações relevantes sobre os arquivos que contam um pedaço que falta da história. Apesar de todo o esforço de alguns órgãos públicos, da imprensa, de historiadores, dos familiares das vítimas e da própria Comissão da Verdade, apenas documentos, na sua maioria irrelevantes, foram disponibilizados pelas Forças Armadas.

Tem-se, portanto, um cenário propício para as tentativas de reescritadessa memória ausente, por autores que, como Kucinski, não pretendem dar conta de retratar o que foi vivido na época, mas sentem a necessidade de falar sobre a angústia, sobre essa rasura de memória.

No livro em questão, o autor faz uma espécie de uso estético e lúdico de vozes e testemunhos de quem vivenciou a época. Seu objetivo não é denunciar algo, papel que cabe ao documento e ao testemunho em si desempenharem. À literatura cabe o dever de mostrar a cegueira.

Por ser a representação ficcional de experiências vividas durante a ditadura, o relato exige a recuperação da memória, para que ela possa ser apresentada em forma de discurso. Através de diversas vozes, o livro vai construindo o caleidoscópio de memórias, como se cada memória individual convergisse para a construção da memória coletiva encerrada no texto. Para Maurice Halbwachs, “um homem para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros” (HALBWACHS, 1990, p. 54). Halbwachs afirma que a memória é fruto do que vivemos e aprendemos no coletivo, ela é tratada como fenômeno social. Sendo assim, a memória não é puramente individual, mas “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 1990, p.51). O livro de Kucinski tece sua rede memorialística, principalmente, através dos desdobramentos de pontos de vista narrativos. Cada micro-relato

é, assim, uma espécie de memória individual que, no conjunto, se transforma em memória coletiva, no grande relato de uma busca.

O teórico entende que o ato de lembrar não significa reviver o passado tal como foi, mas reconstruir as experiências passadas com ideias e imagens de hoje. O ato de lembrar não seria algo autônomo, voluntário, mas estaria enraizado no ciclo de relações sociais a que o indivíduo pertence, como a família, a religião, o partido político, etc. Nessa perspectiva, Ecléa Bosi (1994) vai apontar o velho como sujeito cuja função social é ser justamente aquele que lembra. O personagem K. conta sobre o desaparecimento de sua filha a todos a sua volta. O ato de recordar seu empenho em busca de notícias da desaparecida se mistura com a história silenciada do regime ditatorial: os porões sombrios de torturas, segredos, prisões e desaparecimentos. No livro, o relato de busca do pai que procura a filha mobiliza, portanto, a memória de um país.

Porém, falar de memória implica tomá-la como elemento labiríntico, capaz de adquirir, codificar, conservar e recuperar informações; composta também por enganos, incertezas, e, principalmente, esquecimento. A memória não pode existir sem o esquecimento e vice-versa. Este, de acordo com Freud (1901), é um dos três atos falhos. O que seria tomado por uma falha na memória é, na verdade, um desejo inconsciente de evitar a rememoração de algo. Dos esquecimentos classificados pelo pai da psicanálise, o que parece melhor caber nesta discussão é o “esquecimento motivado” (1901). Além das forças já citadas que contribuem para a não rememoração dos fatos, a sociedade brasileira teria razões para buscar esquecer os feitos dos militares durante o regime, porque as recordações são desagradáveis, perturbadoras e penosas. Esquecemos aquilo que, inconscientemente, nos convém esquecer. Isto é, as recordações dolorosas são inibidas para evitar a angústia, assegurando assim, o equilíbrio psicológico.

E, então, começa a agir o caráter adaptativo do esquecimento: novas memórias são capazes de transformar as informações já guardadas. No caso da história da ditadura brasileira, o silenciamento e as escassas informações concedidas pelos militares vão encobrindo o acervo fragmentado de memórias que tínhamos sobre as prisões, as torturas e os desaparecimentos.

Para analisar a relação entre memória e esquecimento no livro de Kucinski, os estudos de Paul Ricoeur (2007) sobre usos e abusos da memória e do esquecimento são fundamentais. Estudá-los nos mostra como o tempo presente pode fazer uso de seu passado histórico. Ele fala de três conceitos importantes para o atual estudo: *memória impedida*, *memória manipulada* e *memória obrigada*.

A memória pode ser *impedida* quando se apresenta uma perda que acaba levando o indivíduo à repetição compulsiva e doentia da lembrança traumática. Ricoeur considera esse tipo de memória como enferma quando não se consegue realizar o trabalho de luto, ou seja, quando a reprodução do fato ocorrido é uma ação traumatizante e não uma lembrança, o paciente repete ao invés de se lembrar. “E o próprio esquecimento é chamado de trabalho na medida em que é a obra da compulsão de repetição, a qual impede a conscientização do acontecimento traumático.” (RICOEUR, 2007, p. 252)

No primeiro capítulo, intitulado “Cartas a uma destinatária ausente”, o narrador conta sobre a angústia de receber em sua residência cartas de banco para a irmã, que está morta. “Sempre me emociono à vista de seu nome no envelope. E me pergunto: como é possível enviar reiteradamente cartas a quem inexiste há mais de três décadas?” (KUCINSKI, 2014, p. 09). A repetição da informação de que a irmã sumiu, não existe mais, mas não é dada como morta, acaba sendo a repetição de um trauma e impede que o trabalho de luto aconteça.

A memória *manipulada* se dá, principalmente, nas relações de poder pelo fenômeno ideológico, em função da manutenção da identidade individual e coletiva, e está presente nas modificações feitas nas narrativas do passado pelos regimes autoritários, sendo celebrada como a “história oficial”.

Em “Os informantes”, o decorador de vitrines da loja de K. e o dono da padaria da redondeza se comprometeram a ajudar o personagem, pois conheciam gente importante do governo. A primeira notícia que os dois dão é a de que a moça foi presa. Algum tempo depois, ambos repetem a mesma informação: “houve um engano, ela nunca esteve presa, nunca” (KUCINSKI, 2014, p. 32) O personagem logo repara que é uma farsa, que os dois mentem. Há a transformação da informação verdadeira para a mentira ensinada, forçada; é a memória manipulada sendo construída.

A *memória obrigada* seria aquela que age num nível ético-político e que visa apaziguar um passado que não poderá ser esquecido (RICOEUR, 2007, p. 99 - 100) Está relacionada a acontecimentos traumatizantes, como a *Shoah*, e é um dever de memória, um “não se esqueça”.

Em “Jacobó, uma aparição”, K. vai a Nova York e, ao chegar à entrada de um edifício, se depara com uma placa em homenagem às polacas. O personagem se sensibiliza com o gesto, sente que a placa é a expressão da dívida com quem foi injustiçado, e se amargura pelos judeus do Bom Retiro não cumprirem também com seu dever de memória.

Além disso, outro tópico importante a ser discutido sobre o livro é a questão da escrita de si. Alternando a todo momento o foco narrativo, o livro inspirado na história da busca pela irmã desaparecida do autor apresenta, inevitavelmente, traços autobiográficos. Porém, o leitor é advertido desde o início de que tudo é invenção. Isto é, tudo no livro é ficção, mas há os indícios biográficos e o registro de fatos históricos que realmente ocorreram. E, então, o leitor se instala no limbo de incertezas.

Para Philippe Lejeune (2014), a autobiografia seria uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular, a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2014 p. 16). Para haver autobiografia, é preciso que haja uma promessa que garanta estar dizendo a verdade e que haja uma identidade explicitada e assumida. Há a necessidade de um pacto implícito ou explícito que o autor estabelece com o leitor, através de indicadores no texto que determinam seu modo de leitura. Dessa forma, considerar um texto como autobiográfico depende de que o pacto estabelecido seja ficcional ou referencial.

O aviso que abre o livro de Kucinski “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu.” (KUCINSKI, 2014, p.8), transgride ao mesmo tempo o pacto estritamente ficcional e o referencial. Pelas palavras assinadas pelo próprio autor, a exatidão, a veracidade dos fatos que serão narrados é questionada. O novo pacto instaurado no livro sugere ao leitor que se está entrando em um jogo em que realidade e ficção não são instâncias nitidamente opostas, elas se interpenetram. O autor em questão escreve a narração sobre a busca da moça desaparecida, supostamente sua irmã, e ao escrever acontecimentos de seu próprio passado, se auto-interpreta, dá-se a conhecer ao outro, ao leitor, sem que haja um contrato de fidelidade

estrita à reminiscência ou ao caráter documental do momento histórico narrado. Assim, o livro se inscreveria num “espaço no qual as duas categorias – autobiografia e romance – não são redutíveis a nenhuma das duas isoladamente” (MIRANDA, 2009, p. 37). E o leitor que busca no livro uma autobiografia sairá frustrado.

Negada a possibilidade de o livro em questão ser uma autobiografia, outra questão levantada diz respeito à autoficção. A autoficção, de acordo com Doubrovsky, seria a ficcionalização de fatos e acontecimentos estritamente reais em que o nome do autor seria o mesmo que o do personagem. (DOUBROVSKY, 1977, p.10). O livro em estudo também não poderia ser categorizado como autoficção pois os nomes de autor, narrador e personagem não são idênticos. Na verdade, o que parece acontecer em *K. – Relato de uma busca* é a presença de uma motivação biográfica para a construção de um romance de cunho memorialista.

É importante ressaltar também que o livro apresenta o personagem principal cujo nome – K. – já é conhecido na literatura por causa do livro *O processo*, de Franz Kafka. A semelhança ao universo kafkiano não se restringe apenas ao nome do personagem principal. Em sua busca incessante, K. é enganado diversas vezes, segue pistas falsas e se depara com uma burocracia invencível. Denunciando os crimes do governo autoritário brasileiro e apresentando um cenário em que, a cada passo, parece ficar mais distante de respostas, o personagem principal também se encontra numa situação-limite. Em um ambiente consumido pela banalidade do dia-a-dia, K. se depara com um Brasil transfigurado. E a visão desse país, aparentemente tranquilo, refúgio de um fugitivo político, é permeada pelo tom kafkiano que trabalha nos limites do irreal e que vai consumindo seus personagens.

A terra que funcionou como refúgio para o personagem e sua esposa, no momento da narrativa, se transforma num “sorvedouro de pessoas” (KUCINSKI, 2014, p. 13) que desaparece com sua própria filha. O relato que narra a busca do estrangeiro apresenta o Brasil da época do regime ditatorial através de certa distância, de certo deslocamento. Tendo em vista que os brasileiros transformaram o período num “mal de Alzheimer nacional”, o estrangeiro verá com outros olhos os meandros do sistema repressivo, vai-nos “ensinar a ver” (SÜSSEKIND, 1990, p. 39)

Esse mesmo personagem que vai ajudar o leitor a enxergar seu próprio país também passa por uma cegueira simbólica. Numa tríade, o indivíduo, seu inconsciente e o coletivo



constroem a cegueira em K. O personagem não é capaz de enxergar as mudanças que ocorrem a sua volta. Primeiramente, por estar muito envolvido com o ídiche. Depois, por não aceitar a ideia das atrocidades que podem ter ocorrido à Ana.

John Steiner (1997) observa que, com frequência, temos acesso a um conhecimento. Mas como esse conhecimento, às vezes, é desagradável e desconcertante – como as mudanças políticas do Brasil, ou a possibilidade de Ana estar morta – é preferível ignorá-lo. Para ilustrar sua teoria, ele usa a história de Édipo. Édipo, Jocasta, Creonte e o “cego” Tirésias prendiam a verdade: Édipo havia matado seu pai e se casado com sua mãe, conforme profetizado. Todos, porém, acabaram por conspirar, ignorando o fato. Seria esse também o caso de K. Tanto sua vida familiar quanto política estão permeadas pelo “não-dito” no discurso: todo mundo sabe o que houve, mas conspira por não falar. Há, portanto, na literatura de Kucinski, a necessidade de mostrar essa cegueira.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

DOUBROVSKY, Serge. *Fils*. Paris: Galilée, 1977.

FREUD, Sigmund. (1901) Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. In: _____ *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.6.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. (2011/2012 – Ed. Expressão Popular) *K. – Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.



**Anais do VIII Seminário dos Alunos dos Programas
de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF
Estudos de Literatura**

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

STEINER, John. *Refúgios psíquicos: Organizações patológicas em pacientes psicóticos, neuróticos e fronteiriços*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

SÚSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.